

Limites da sexualidade: violência, gênero e erotismo

*Maria Filomena Gregori*¹

Universidade Estadual de Campinas

RESUMO: Este artigo examina as contribuições feministas e da teoria social contemporânea a propósito das articulações entre violência, gênero e erotismo. O balanço da bibliografia visa refinar os instrumentos conceituais que permitam apreender processos de reiteração e de mudanças das normas de gênero, a partir de experiências sociais que se localizam no que a autora chama de limites da sexualidade. Os estudos relativos a diferentes modalidades de sadomasoquismo são analisados de modo a ilustrar algumas das alternativas situadas em tais limites.

PALAVRAS-CHAVE: violência, gênero, erotismo.

Ainda que não figure como tema central na constituição da disciplina, a literatura antropológica que trata do tema sexualidade ganha volume crescente nas últimas décadas. O interesse sobre esse tópico remonta ao início do século XX e tem na *Vida sexual dos selvagens* (1929) de Bronislaw Malinowski sua primeira expressão sistemática. Já no prefácio, o autor justifica a relevância de estudos sobre a questão devido ao seu caráter crucial na constituição do sujeito e pontua, como na maioria das formulações pioneiras, as perspectivas que influenciam o campo de investigação, dando a expressão de sua diversidade: as abordagens que tratam a sexualidade na sua relação com dinâmicas de parentesco e de

família, as que a associam à formação da identidade individual e social, ou as perspectivas que tomam sexualidade como expressão de desejos ou ainda como atividade e comportamento. Mesmo que se tenha que considerar tal variedade acompanhada, inclusive, de diferentes panoramas e configurações teóricas, uma preocupação recorta as diversas perspectivas: aquela que se dedica a lidar com a fronteira tênue em que se confrontam o exercício da sexualidade, no marco de sua significação como liberdade individual, e a violência, conotada como atos abusivos passíveis de condenação moral, social ou de criminalização.

Neste artigo, pretendo avaliar o debate sobre violência e gênero, apontando suas conexões e articulações com concepções sobre sexualidade e, em particular, sobre o erotismo. Ao examinar a literatura feminista, encontrei uma das convenções que, a meu ver, ilustra bem as possibilidades e paradoxos da conexão entre esses termos: o erotismo, visto da perspectiva de gênero, constitui prazer e perigo (Vance, 1984). Perigo, na medida em que é importante ter em mente aspectos como o estupro, abuso e espancamento como fenômenos relacionados ao exercício da sexualidade. Prazer, porque há uma promessa na busca de novas alternativas eróticas em transgredir as restrições impostas à sexualidade tomada apenas como exercício de reprodução.

Proponho chamar essa relação tensa entre prazer e perigo de *limites da sexualidade*. Tais limites indicam, de fato, um processo social bastante complexo relativo à ampliação ou restrição de normatividades sexuais, em particular, sobre a criação de âmbitos de maior tolerância e os novos limites que vão sendo impostos, bem como situações em que aquilo que é considerado abusivo passa a ser qualificado como normal.² A maior contribuição da antropologia tem sido a de apontar que essa fronteira é montada, considerando a multiplicidade de sociedades e de culturas, por hierarquias, mas também pela negociação de sentidos e significados que resultam na expansão, restrição ou deslocamento das prá-

ticas sexuais concebidas como aceitáveis ou “normais” e aquelas que são tomadas como objeto de perseguição, discriminação, cuidados médicos ou punição criminal.

A importância desses estudos em temas como violência e sexualidade é a de reunir uma vasta documentação e montar um repertório de práticas socioculturais que ajudam a contestar afirmações baseadas em categorias como essência ou natureza humana.³ No caso da violência, esse material traz evidências de que os atos qualificados como tal obedecem a normas ou regras, fazem parte da cultura, ou mesmo, que a eles correspondem determinadas funções sociais (isso quando consideramos determinadas formulações do funcionalismo clássico). Estudos recentes sobre terrorismo na Irlanda do Norte (Feldman, 1991), sobre vítimas de movimentos nacionalistas, sobretudo, mulheres na Índia (Das, 1990) ou entre sobreviventes de tortura no Sri Lanka (Daniel, 1996) trazem etnografias baseadas em uma nova antropologia do corpo que o associa às inscrições e signos de poder.

Vale considerar também as teorias feministas sobre violência considerada a partir da assimetria sexual e de gênero (Lauretis, 1997; Moore, 1994; Saffioti, 1994; Gregori, 1993, 2004; Gregori & Debert, 2008). Essas são contribuições relevantes que mostram como as idéias que temos sobre violência, gênero e pessoa estão relacionadas à concepção ocidental e moderna de natureza humana, que deve ser problematizada. De fato, essas pesquisas revelam a dificuldade de se definir como violência os significados atribuídos em muitas e diferentes sociedades a certas práticas, mesmo aquelas em que a dor física é infligida.

O mesmo esforço de relativização está presente nos estudos que tratam da sexualidade, sobretudo os que dialogam com as noções elaboradas por Michel Foucault (1977). Esse autor forneceu instrumentos analíticos importantes para a “desnaturalização” da sexualidade, cujo atributo de natureza foi consolidado pelos saberes normativos, entre os quais

os elaborados pela sexologia, que operam, ao lidar com os limites, com noções como doença, patologia, anomia, perversão etc. Ao imprimir uma ênfase histórico-cultural, Foucault tomou a sexualidade como dispositivo, ou melhor, como uma “construção social” composta por uma economia de poder articulada à emergência de uma nova instância de verdade do sujeito na modernidade. Essa nova economia, o biopoder, condiz com a introdução da *vida* no âmbito das normas e controles sociais e, por meio dela, a preocupação com a população, a morbidade, a saúde etc. Até por ter se dedicado ao exame das configurações normativas e seus temas a partir de instituições como prisões, clínicas psiquiátricas e processos periciais judiciais, Foucault circunscreveu a noção de dispositivos da sexualidade no marco da produção de saberes institucionais e técnicos, e viu neles a consolidação da noção moderna de “sexo”, esta unidade fictícia – Judith Butler chama-a de ideal regulatório – ou matriz de significados, significantes e práticas cujo sentido implica a articulação entre a anatomia do corpo, a biologia dos sexos, os comportamentos associados ao gênero e o desejo.

As abordagens antropológicas que seguiram essa perspectiva dão destaque ao conjunto de práticas, representações e atitudes relacionadas à constituição dos sujeitos e, como tal, particular a uma cultura, a uma sociedade e a um período histórico. Importante enfatizar que, além da trilha aberta por Foucault, as contribuições antropológicas sobre sexualidade têm estabelecido rica interlocução com as teorias feministas, outro campo relevante que, desde a década de 70, contesta a relação, tomada como natural, entre sexo e reprodução (Vance, 1984; Heilborn, 1999; Piscitelli, 2004).

Uma das formulações teóricas mais importantes dos estudos recentes foi sugerida, primeiramente, pela antropóloga Gayle Rubin (1975) ao afirmar que nos pressupostos que dão base ao pensamento clássico sobre a organização social da atividade sexual humana encontra-se a

noção de um sistema com dois gêneros dicotômicos (masculino/feminino), criados a partir do sexo biológico, e que regula, constrange e limita arranjos sexuais na base da heterossexualidade obrigatória. Os limites da sexualidade, portanto, são inteligíveis apenas se concebidos em contextos precisos e, no que concerne às práticas ocidentais e suas normatividades, é preciso considerar o peso desempenhado pela heterossexualidade, tomada como modelo compulsório. A conceituação de gênero que me parece a mais rentável na interface com a violência foi proposta por Judith Butler (2004a) em seus livros mais recentes nos quais ela formula suas idéias em termos foucaultianos: as regulações de gênero são organizadas em um aparato de poder por meio do qual a produção e normatização do masculino e do feminino tomam lugar de formas variadas, como por exemplo, hormônios ou cromossomos.⁴ Normas não são o mesmo que regras ou leis. Elas operam nas práticas sociais e, ainda que possam ser delas separadas por razões analíticas, não se pode apreender as normas fora de contextos concretos e de modo abstrato. Elas podem ou não ser explícitas. Segundo a autora, elas frequentemente permanecem implícitas nas práticas sociais, difíceis de discernir ou decifrar. Podem ser observadas com maior clareza na dramaticidade dos efeitos que produzem. Gênero, nesse sentido, é um aparato feito nas práticas sociais que materializam os corpos e instituem constrangimentos, mas está longe de ser algo que conduz a uma estabilidade definitiva. Tal aparato, nesse sentido, deve ser visto como um conjunto de dispositivos que criam desigualdades de poder, mas também e simultaneamente, ele é estrutura aberta às transformações. Como bem assinala Butler, gênero é uma prática de improvisação em um cenário de constrangimentos. Além disso, não há risco nessa formulação às tentações modernas que conduzem ao substantivismo e aos essencialismos: ninguém faz o gênero sozinho, ele implica uma relação, uma socialidade.⁵

No exame dos estudos recentes no Brasil feitos nessa interface entre violência e sexualidade, encontrei abordagens com ênfase em três diferentes aspectos: em primeiro lugar, os estudos que tratam dos limites da sexualidade ao investigar práticas sexuais tomadas como abusivas, merecedoras de sanções e punição; outra vertente de pesquisas se dedica a acompanhar e discutir as ansiedades geradas pelas práticas sexuais no âmbito da moralidade, em particular, ao debate criado em torno do que Rubin (1984) qualifica como pânico sexual; e, finalmente, estudos que focam as dimensões que articulam o prazer ao perigo envolvidos na sexualidade ou, em termos mais precisos, que indagam sobre a importância da transgressão para o erotismo.

Os estudos com perspectiva antropológica que investigam os limites, atentando para os abusos sexuais e para o modo como são tratados pelas instituições sociais, são desenvolvidos em meio a um esforço mais amplo de apreender como os atos se transformam em autos no âmbito da justiça (Corrêa, 1983; Ardaillon e Debert, 1987; Vargas, 1997; Carrara, 2000). No caso dos homicídios em que as vítimas são mulheres, objeto dos primeiros estudos nessa direção no Brasil, as motivações alegadas, bem como as circunstâncias descritas, circunscrevem o crime passional cometido em nome da honra em que há claramente a pressuposição de perda de controle sobre a sexualidade feminina. Nesse sentido, mesmo não fazendo parte do leque de situações qualificadas como abuso sexual, assiste-se a toda uma fabulação de natureza judiciária no tratamento de crimes cometidos contra mulheres que expressa e reproduz prescrições relacionadas não só à divisão sexual de papéis na família, como a normatividades relacionadas ao comportamento sexual adequado que variam ao considerarmos os marcadores de gênero. Em relação aos crimes sexuais, as pesquisas antropológicas mais recentes mostram que a ausência de facticidade, usual nesses casos em função da falta de testemunhos oculares, é compensada pelas descrições e a mon-

tagem do “fato” através do recurso que focaliza a identidade dos envolvidos e seu comportamento classificado em termos estereotipados. Nesse caso, desloca-se da facticidade do crime para a facticidade das identidades e, em particular, para o bom ou mau comportamento da vítima (Vargas, 1997).

Importante assinalar que, no debate que envolve temas como sexualidade, seus limites e os direitos sexuais, assiste-se, atualmente, a um certo deslocamento e, por vezes, disputas de significados para qualificar práticas sexuais anteriormente valorizadas de modo distinto. É o caso, por exemplo, da tolerância cada vez maior em relação ao adultério, à masturbação, à prostituição, à pornografia e ao homoerotismo, acompanhada de uma condenação, agora com conotação legal, do assédio sexual, da pedofilia ou do turismo sexual (Piscitelli, 2004; Vianna, 2004). Na negociação dessas alterações, a partir da ação do feminismo, dos movimentos *gays* e lésbicos, mas também dos movimentos de defesa de crianças e adolescentes, notamos a intervenção da busca de uma maior liberação da expressão e da escolha sexual, ou numa direção inteiramente distinta, a emergência de novas ansiedades relacionadas ao que se configura como limites aceitáveis, indicando uma espécie de pânico sexual. No caso do feminismo, essas ansiedades derivam de uma tendência radical que concebe a liberação sexual como mera extensão dos privilégios masculinos. Essa linha criou a retórica antipornográfica baseada em uma análise rígida sobre as assimetrias de poder. Catherine Mackinnon (1980), uma das suas principais teóricas, afirma que as relações sexuais são inteiramente estruturadas pela subordinação, de tal maneira que os atos de dominação sexual constituem o significado social do “homem”, e a condição de submissão, o significado social da “mulher”.

Outras tendências feministas, *gays* e lésbicas criticam essa concepção determinística, bem como lutam contra restrições ao comportamento sexual das mulheres. Tais vertentes são ligadas ao movimento de libera-

ção sexual dos anos 60 e têm produzido estudos e práticas inovadoras relativas ao prazer e às escolhas sexuais. Para Rubin (1984), a inter-relação sexualidade-gênero não pode ser tomada pelo prisma da causalidade, nem ser fixada como necessária em todos os casos. Nesse sentido, ela adota uma posição de aliança com as minorias sexuais e elabora as bases de um novo repertório de conhecimentos sobre sexualidades não circunscritas ao casamento heterossexual. Conhecer e defender as minorias sexuais (aquelas que adotam as práticas menos valorizadas ou até proibidas) corresponde à tentativa de expandir as fronteiras do que é aceito por meio da legitimação social de que o prazer não apenas libera, como também emancipa. Uma das interpretações sobre essa luta pela ampliação dos limites da sexualidade está ancorada na consolidação de valores hedonistas nas sociedades de mercado globalizadas (Giddens, 1993). Outras, como as apresentadas por Rubin (1984) e Butler (1997), apostam menos no poder compassador do individualismo contemporâneo e mais na capacidade de transgressão que essas práticas sexuais não sancionadas têm não apenas na contestação de normas de sexualidade e gênero, mas também na criação de novas identidades coletivas.

Erotismo: êxtase e transgressão

A articulação entre prazer erótico e transgressão está na base da definição de erotismo de Georges Bataille, para quem o êxtase sexual emana “da dissolução dessas formas da vida social, regular, que fundam a ordem descontínua das individualidades definidas que nós somos” (Bataille, 1987, p. 17). Tal presunção pode culminar em exercícios metafóricos ou literais da violação – no sentido mesmo de agressão – de corpos. Essa noção está difusa ainda hoje e, como mostram os estudos etnográficos, passa a ser estratégica para pensar muitas práticas, objetos

e performances no erotismo contemporâneo que aproximam o prazer da dor e investem em relacionamentos sadomasoquistas. Autor exemplar para entender aspectos ainda presentes e que demandam estudos no repertório da pornografia contemporânea, Bataille propõe o nexo entre violência e êxtase erótico. Contudo, sua teoria ainda preserva, e até consagra, o dualismo e a polarização entre atitude masculina/ativa e atitude feminina/passiva, cujos efeitos sobre a problemática de gênero ainda estão por ser examinados.

Sigamos com cautela o desenrolar de suas idéias. Já na primeira frase do livro, ele anuncia: “Do erotismo é possível dizer que ele é a aprovação da vida até na morte” (*ibid.*, p. 11). No entender de Susan Sontag, o tema principal deste autor não é o sexo, mas: “É para as gratificações da morte, sucedendo e ultrapassando as de Eros, que toda busca verdadeiramente obscena se dirige.” (Sontag, 1987, p. 64). Em vez de um significado puramente negativo ou aniquilador, o sentido da morte é empregado em suas especulações para evocar o limite de dissolução das identidades sociais, bem como das matérias corpóreas. A morte visa transformação e uma espécie de comunhão de seres no cosmos mediante, sobretudo, a transgressão do que possa vir a remeter à vida regular.⁶

Para ele, existem três formas de erotismo: o dos corpos, o dos corações e o sagrado. Para além de suas diferenças e inflexões singulares, o que está em questão em todas elas é “substituir o isolamento do ser, a sua descontinuidade, por um sentimento de continuidade profunda” (Bataille, 1987, p. 15).

No caso do erotismo dos corpos, sua argumentação inclui termos fisiológicos e estabelece uma espécie de analogia entre os movimentos de encontro e fusão entre ovo e espermatozóides, bem como o intercuro sexual entre um homem e uma mulher. As imagens biológicas parecem servir para expressar essa busca que impõe movimentos de ruptura que preparam os seres para o prazer e, sobretudo, para o êxtase.⁷ Três ações

são decisivas dentre tais movimentos: o desnudamento, a obscenidade e a violação. O desnudamento é relevante no que leva ao despudor: a transgressão de tudo aquilo que constitui o estado normal dos parceiros, ou, em seus termos, o estado fechado ou estado de existência descontínua. A nudez anuncia e é emblema de um processo de desapossamento, fundamental para o sentido do erotismo – levar a um estado em que os envolvidos não sejam mais seres descontínuos, uma fusão na qual eles deixam de ser parceiros, ou ainda: “Uma fusão onde se misturam dois seres que ao final chegam juntos ao mesmo ponto de dissolução.” (*ibid.*, p. 17). A obscenidade (xingamentos, vulgaridades) expressa o canal secreto a partir do qual os corpos se abrem – uma desordem que perturba a “posse de si”, entendida por ele como a individualidade durável e afirmada. A violação (tanto a penetração quanto as agressões) completa as rupturas: ao acentuar o confronto, ela prepara a formação de um novo tipo de enlace no qual as diferenças entre os dois corpos convergirão para estimular o prazer – há a passagem de um estado de divergência para um de convergência.

Bataille afirma, e esse aspecto não é meramente formal, que no movimento de dissolução dos seres a parte masculina realiza um papel ativo e a parte feminina um papel passivo. Aliás, segundo sua descrição, a parte feminina seria a primeira a ser dissolvida enquanto ser constituído, sendo seguida pela parte masculina num movimento conjunto de fusão.⁸ As mulheres são, no seu entender, objetos privilegiados do desejo em função justamente de sua passividade, entendida como uma espécie de “isca” que atrai a agressividade do homem. Inegavelmente, é preciso considerar que estamos diante de digressões puramente especulativas e que o propósito, antes de configurar intenção normativa, expressa o exercício de colocar em questão máximas morais para precisamente apontar a fragilidade de noções como a autodeterminação do sujeito e o racionalismo que o define e consagra. O interesse pela trans-

gressão é, no meu modo de entender, o lado contestatório e atual dessa teoria de Bataille.

Porém, parece fundamental submeter algumas de suas noções a um escrutínio crítico,⁹ pois ainda que admitamos que o autor está preso ao seu tempo, trata-se aqui de ampliar o horizonte de discussão sobre os efeitos do erotismo sem cair nas armadilhas normativas de gênero e sexualidade. Em primeiro lugar, mesmo reconhecendo que as reflexões de Bataille não possam ser reduzidas a um fácil determinismo biológico, as analogias empregadas por ele entre as imagens fisiológicas da reprodução sexuada e as identidades de homens e mulheres sugerem o aprisionamento de suas especulações (e até imaginações) ao modelo que toma a diferença sexual em termos do dimorfismo sexual, cujos efeitos são hoje bastante conhecidos sobre o controle da sexualidade feminina, sobre a definição de patologias sexuais associadas à homossexualidade e, mais abrangentemente, como justificativa para a submissão das mulheres.

Segundo Thomas Laqueur (1997), tal modelo, vindo dos desenvolvimentos de pesquisas sobre anatomia e biologia desde o século XVIII, implicou a reconstituição radical da sexualidade feminina – e, mais genericamente, humana.¹⁰ Até aquele momento, o corpo feminino era concebido como derivado do masculino, existindo entre eles diferenças de hierarquia e de grau. O dimorfismo sexual significou a incorporação do princípio de que os corpos masculino e feminino são diferentes, incomensuráveis e que essa diferença, além de oposta, é complementar e necessária para as exigências não só da reprodução sexual, como também da formação de nossa identidade psíquica e de nossos desejos. Um dos aspectos remarcados por Laqueur é que houve uma interessante simultaneidade histórica entre a elaboração do modelo dimórfico para as diferenças sexuais e a consagração política do liberalismo. De fato, como lembra o autor, a resistência às demandas das mulheres em função do universalismo prometido pelas revoluções humanistas foi acompanha-

da pelo desenvolvimento de uma “antropologia física” bastante elaborada. Em vista dos postulados liberais de que os corpos não são destituídos de sexo, mas indiferenciados em relação à capacidade de vontade e de razão, como derivar a real dominação dos homens sobre as mulheres? O dilema foi sendo resolvido no tempo com a elaboração e consolidação de teorias – em campos disciplinares diversos – que estabeleciam os limites da igualdade apoiados em diferenciações biológicas.

Nesse sentido, a contaminação do modelo do dimorfismo sexual sobre a imaginação de Bataille traz efeitos que não são desprezíveis, sobretudo, para se pensar quais normatividades a sua teoria sobre o erotismo visava transgredir e quais foram mantidas intactas. O ponto que chamo atenção, mas também Piscitelli (2008), é que há nas idéias desse autor um essencialismo baseado, sobretudo, no uso e abuso de referências relativas às normas binárias de gênero, e como assinala Braz (2008), uma disposição claramente heteronormativa.

As teóricas feministas pós-estruturalistas que tratam das interfaces entre gênero e sexualidade não mencionam Bataille, o que intriga. A única exceção é Jane Gallop (1981) que, ao apresentar uma interessante releitura dos textos de Sade, sugere uma revisão das interpretações feitas por Roland Barthes e por Georges Bataille. Para ela, Barthes (1979) confina a análise sobre Sade a um princípio de delicadeza, estruturalista em seu método e abrangência, não conseguindo admitir a violência que há nesses escritos. E violência no sentido de ruptura com uma ordem racional ou lógica. Já a leitura de Bataille – em sua opinião –, não oferece resistência à violência. Contudo, toda a interpretação passará por uma concepção que enfatiza a dissolução de laços sociais e a soberania absoluta do sujeito no tocante ao desejo. Gallop discorda, vendo nos escritos de Sade um sem número de referências a alianças entre libertinos, como na *Sociedade de Amigos do Crime*. Bataille – tomado como o mais

óbvio descendente de Sade – apresenta, segundo essa crítica, uma leitura perpassada pela fantasia de soberania. E essa fantasia também está presente na análise que ele faz sobre o erotismo. Tal fantasia supõe que o sujeito desejante busca o êxtase na negação das posições sociais, na negação da fala (o silêncio seria a condição especial do libertino), numa fusão em que as diferenças entre parceiros sejam superenfatizadas para, em seguida, serem dissolvidas, como se fossem negadas.

O êxtase, estado em que o ser experimenta estar “fora de si”, é uma idéia que, antes de indicar uma posição de soberania ou de transcendência, implica um laço relacional ou, mais precisamente, segundo Butler (2004b), a noção instigante de “constituir-se”, bem como “perder-se”, em face do outro. A incompletude do ser se mostra com bastante nitidez, segundo ela, em experiências concernentes à agonia (ou à melancolia, mediante perdas) e naquelas que envolvem desejo. Nesses casos, ninguém permanece intacto, o que traz como consequência, em seus próprios termos: “As a mode of relation, neither gender nor sexuality is precisely a possession, but, rather, is a mode of being dispossessed, a way of being *for* another or *by virtue of* another.” (Butler, 2004b, p. 24).

Essa idéia é bastante rentável para pensar as transgressões no marco do erotismo: não se trata apenas de postular que o sujeito não é composto por fronteiras estáveis – e nessa medida, relacional –, mas de reconhecer o movimento dinâmico entre normas, escolhas e mudanças. Ao defender a abordagem relacional, concordo com Butler que o propósito não reside em contestar a evidência das normas nem em tornar obsoleta uma noção como autonomia. Significa apenas não aceitar as normas como destino inescapável, como uma natureza, e autonomia como autodeterminação. Pensar sobre gênero e sexualidade – por meio de experiências e referências eróticas – torna imprescindível tratar das

normas, âmbito que nos constitui sem que possamos inteiramente escolher, mas que paradoxalmente nos fornece o recurso e o repertório para as escolhas que temos e fazemos.

Além disso, ao lidar com a sexualidade nas suas expressões eróticas, estamos diante de experiências que mobilizam fantasias e fantasmas: situações, referências, imagens, fragmentos de memória e sensações que, mesmo sendo gestados em torno e no campo das normatividades, apontam para além delas. As fantasias não são o oposto da realidade. Elas nos interessam porque, segundo Butler, em vista delas estamos diante dos limites da realidade ou daquilo que implica o seu “exterior constitutivo”: “The critical promise of fantasy, when and where it exists, is to challenge the contingent limits of what will and will not be called reality.” (Butler, 2004a, p. 29). Assim, fantasias são relevantes para a reflexão antropológica e não só para as ciências do espírito ou da mente porque elas expõem a contingência das normas de sexualidade e gênero. Esse esforço é relevante para pensar, de um lado, sobre a realidade ou, em outros termos, para indagar sobre as normas que são definidas socialmente como constitutivas do real; de outro lado, a contingência abre para uma investigação sobre as mudanças, quando não até para a superação de certas desigualdades implicadas em marcadores de diferença – como gênero e sexualidade – que, antes de poderem ser considerados estáveis ou definitivos, são termos abertos à imaginação e à contestação.

S/M¹¹

Um estudo pioneiro no Brasil que articula modalidades de erotismo e suas expressões transgressivas foi o de Nestor Perlongher sobre a prostituição viril.¹² *O Negócio do Michê* (1987) apresenta uma etnografia brilhante e rica que aponta experiências sociais envolvidas em uma dinâ-

mica complexa entre normas de gênero e sexualidade e suas contestações, no âmbito do mercado. É nesse universo de relações que assistimos expressões do que o autor chama de “fugas desejantes ou libidinais”,¹³ bem como, e simultaneamente, uma diversidade de dispositivos instaurados para controlar ou neutralizar os perigos das fugas.

Vários estudiosos hoje, em nosso país, seguem essa influência e se dedicam a estudar as novas formas de sexualidade, tentando decifrar as convenções eróticas e, por meio delas, questões como a diferença e a transgressão.¹⁴ Estamos convencidos de que não é possível estudar apenas aqueles universos institucionais de produção dos saberes próprios à consolidação da “sociedade burguesa” dos séculos XVIII e XIX, como foi inicialmente realizado por Foucault, cuja ênfase era a de decifrar a produção de normatividades pelos universos técnicos e institucionais. Consideramos estratégico investigar as práticas e as dinâmicas que envolvem os erotismos, em meio a um universo que nos parece absolutamente central no cenário contemporâneo: o mercado. Além da constatação empírica de que no âmbito das novas alternativas eróticas esse universo é significativo, partimos do pressuposto de que ele constitui hoje uma figura das mais intrigantes e paradoxais. Nesse cenário, reúnem-se atualmente experiências e práticas que alternam, de modo complexo, esforços de normatização e também de transgressão. Tal complexidade paradoxal não pode ser tratada, parece-nos, a partir de uma abordagem vulgarizada do marxismo que apenas denuncia, e de forma maniqueísta, as desventuras alienantes e instrumentalistas do mercado.

Interessa refinar, nesse caso, os instrumentos analíticos referentes a operação de mercado e remarcar as noções já assinaladas por Peter Fry (2002) ao tratar dos produtos de beleza para a população negra, bem como a maior participação de modelos negros na publicidade brasileira. O autor analisa o modo como os produtos entram no mercado, indo contra as perspectivas que tomam os consumidores como vítimas passi-

vas, ou ainda, aquelas que assinalam que os fabricantes seriam meros realizadores dos sonhos ou desejos dos consumidores. Essa produção é organizada para explorar todas as possíveis diferenciações sociais mediante uma motivada diferenciação de bens. Desse modo, Fry, ao lidar com os novos segmentos de mercado para os negros, toma cuidado de não presumir que estejamos diante de algo que apenas possa ser visto como resultante de uma demanda da classe média negra. De fato, o autor compreende tal processo como constituinte da formação dessa classe média.

Um dos segmentos do mercado erótico contemporâneo que interessa particularmente ao desenvolvimento das reflexões deste artigo é o das práticas sadomasoquistas. A literatura sobre esse tópico é bastante vasta, sobretudo nas abordagens relativas ao âmbito da psicanálise e dos estudos sobre sexualidade, no marco da tradição aberta pela sexologia. Também não podemos desprezar as perspectivas vindas do campo da crítica literária e dos estudos filosóficos que descortinam os aspectos constitutivos da literatura da libertinagem, sobretudo, a que ganha destaque entre os intelectuais franceses responsáveis pela elaboração, a partir da leitura das obras de Sade, da teoria sobre o erotismo e que ainda hoje constitui a base analítica sobre esse tema.¹⁵

Além dessas contribuições inspiradoras, sobretudo pela sua riqueza filosófica, existe um debate sobre o sadomasoquismo, relevante aos propósitos antropológicos, no marco das identidades e das minorias sexuais. Trata-se de uma variedade expressiva de livros e artigos, sobretudo, na literatura norte-americana, sobre essa dimensão do fenômeno, principalmente a partir de 1980.¹⁶ Tal bibliografia define o sadomasoquismo como uma espécie de subcultura que, antes do que revelar patologias individuais, será vista como exercícios simbólicos do risco social (McClintock, 1993). Suas expressões mais antigas podem ser encontradas desde o século XVIII na Europa, mas ganham a conotação de mino-

rias sexuais, sobretudo, a partir dos anos 70 do século XX: nesse período, passam a ter visibilidade no cenário político grupos S/M *gays* e lésbicos (como o *Samois*), paradoxalmente, criados no mesmo momento em que apareceram alguns grupos feministas contrários à pornografia e ao sadomasoquismo (como o *Women Against Pornography*).¹⁷ Os estudos a respeito indicam que não é possível entender a retórica desses grupos S/M e suas propostas práticas sem levar em conta os contenciosos com o movimento em torno da *New Right*,¹⁸ em relação de contraposição ao Feminismo Radical¹⁹ e, tendo como interlocutores, Freud e Richard Von Kraft-Ebing, o sexólogo que cunhou, no final do século XIX, o sadismo e masoquismo como psicopatologias.²⁰

Ann McClintock (2003) e Lynda Hart (1998) trabalham o sadomasoquismo no registro dos exercícios simbólicos mobilizados, seja como manifestações subculturais (McClintock), seja como *performances* (Hart). Seus estudos operam no registro do teatro e analisam variadas expressões S/M como escolhas e práticas sexuais que só podem ser inteligíveis como encenações que, na verdade, colocam em suas cenas, nos cenários e em seus personagens aspectos que fazem parte das contradições que emergem no interior das dinâmicas do poder social. Menos do que formas de cópia ou reprodução do que constitui o cerne da sexualidade heterossexual modulada como norma pelo patriarcalismo – principal crítica apontada pelas feministas anti-sadomasoquismo –, estas autoras sugerem que consideremos o seu lado contestatório. Seguindo tal perspectiva, é interessante analisar o S/M comercial, o lesbianismo S/M e as manifestações S/M entre *gays* masculinos, como alternativas que, no limite, problematizam os modelos que supõem como naturais, inatas ou normais as fronteiras que demarcam as diferenças entre homens e mulheres, em particular, entre comportamento sexual masculino (ativo) e feminino (passivo), bem como as fronteiras que separam o prazer da dor, o comando e a submissão. Trata-se de experiências que

ousam lidar com o risco social, ou melhor, com aqueles conteúdos e inscrições presentes nas relações entre a sexualidade e as suas assimetrias em termos de gênero, de idade, de classe e de raça. McClintock chega até a afirmar que o S/M performa o poder social como um *script*, de modo que as dessimetrias que constituem tal poder passam a ser encenadas, teatralizadas, tratadas como contingentes e sujeitas a mudanças e novas inflexões. Nesse sentido, para ela, a “economia” do S/M é uma economia da conversão: escravo em mestre, adulto em criança, dor em prazer, homem em mulher e, assim por diante e de novo. Esta autora analisa em especial o S/M comercial e, com base em depoimentos de trabalhadoras sexuais que vendem seus serviços como *dominatrix*, mostra que, nesse cenário, é mais comum encontrar no cliente homem aquele que quer ocupar a posição de escravo. Ainda que tenhamos que considerar as outras formas de S/M comercial em que mulheres, como clientes e como trabalhadoras sexuais, estejam na posição subalterna, ela levanta uma intrigante questão: é freqüente que os clientes-escravos paguem muito dinheiro para limpar o chão, lavar as roupas sujas, esfregar as paredes de suas dominatrizes. Essa espécie de “degradação”, baseada na domesticidade e presente nas encenações, inverte a equação que separa a esfera masculina do mercado e a esfera feminina do lar, sendo o cliente, homem, aquele quem paga para realizar as tarefas “sujas” do lar, trabalho normalmente não pago e executado pelas mulheres, empregadas ou esposas.

Lynda Hart estuda, nos casos S/M entre lésbicas, experiências que ameaçam certas noções das teorias feministas, principalmente as desenvolvidas sobre relações mulher/mulher, que alimentam a idéia da igualdade, ou de um “não poder”, como estratégia de libertação. Segundo essa autora, essa forma de S/M, ao trazer nos *plays* as piores cenas heterossexistas, desafia a definição ética e política envolvida no lesbia-

nismo (sobretudo, a noção de irmandade). Ela chama atenção para o fato de que o componente crucial da relação masoquista é o contrato (o que já tinha sido assinalado por Deleuze, 1983), um acordo sempre formalizado e que pressupõe o consentimento, a reciprocidade e que não afeta os indivíduos fora dos limites de cada encenação. Mesmo nesses termos, ela pondera que esse lado do contrato não deve nos levar a desconsiderar que essas experiências constituem um empreendimento de risco, a partir de atos que implicam negociações delicadas.

Os riscos, bem como as operações de produção de consensualidade e segurança das várias modalidades de S/M, indicam que é preciso empreender esforços para analisar detalhadamente não apenas os vários contextos em que elas se apresentam, mas também as relações sociais e pessoais envolvidas. Pesquisas etnográficas começam a ser feitas no Brasil, acompanhando a difusão e maior visibilidade das práticas sadomasoquistas na última década. Regina Facchini (2008), ao analisar a sexualidade de mulheres na cidade de São Paulo, apresenta uma rica investigação sobre uma rede de adeptos BDSM (bondage, disciplina, dominação, submissão, sadismo, masoquismo).²¹ Seu estudo aborda experiências observadas e narradas, e decifra a formação e os contornos de uma comunidade (ou confraria), a partir das intrincadas relações entre as práticas e escolhas eróticas referentes ao BDSM e aquelas que são vividas no mundo cotidiano, fora do clube e distante da Internet, qualificadas por seus informantes como “sexo baunilha”. Dessas relações de contraste e oposição, saltam intrigantes considerações sobre normas de gênero e sexualidade.²² Bruno Zilli (2007) estudou, a partir de sites brasileiros da Internet, o discurso de legitimação do BDSM. Ele mostra como a linguagem e conclusões psiquiátricas do século XIX a respeito das fronteiras entre os comportamentos patológicos e os de natureza moral ecoam nas reivindicações de direitos às identidades BDSM. O

advento da Internet, inclusive, é um fator decisivo na difusão dessas práticas em nosso país e, sobretudo, nas interações entre adeptos e a criação de suas comunidades.²³

Chama atenção o fato de que, no Brasil, essas práticas passaram a ter maior visibilidade em período recente e no marco da expansão do mercado na direção dos produtos e bens eróticos. Tal aspecto delimita, entre nós, um universo singular de relações sociais, bem como de referências, imagens e práticas se comparado à diversidade de expressões S/M nos EUA, visíveis desde os anos 70 do século passado. É preciso lembrar que as variadas alternativas sadomasoquistas em cenário norte-americano tiveram destaque e participaram ativamente nos contenciosos políticos entre diferentes posições feministas, do movimento lésbico e do movimento gay. No Brasil, como salienta Facchini, os adeptos, a discussão e o debate “BDSM não está inserido na agenda política dos ‘direitos sexuais’, também não está no campo de interesses do movimento feminista” (Facchini, 2008, p. 196). Aqui, o S/M parece ser uma das expressões das novas faces do erotismo e, em particular, daquelas alternativas que estão se desenvolvendo e se difundindo no marco do que tenho chamado de erotismo politicamente correto (Gregori, 2003).

Na investigação exploratória junto aos *sex shops* para *gays* e lésbicas em São Francisco, bem como do acompanhamento do debate acalorado sobre feminismo e pornografia, notei a criação de um erotismo politicamente correto protagonizado por atores ligados à defesa das minorias sexuais. As práticas e acessórios presentes do nicho *gay* e lésbico do mercado erótico de São Francisco indicam a abertura de um campo alternativo que tem permitido ampliar o escopo de práticas sexuais possíveis e, simultaneamente, evita incorrer na reprodução de normatividades de gênero e sexualidade que resultem em objetificação. Ao analisar a emergência dessa nova face do erotismo, salta aos olhos suas implica-

ções mais imediatas: de um lado, o deslocamento do sentido de transgressão do erotismo para um significado cada vez mais associado ao cuidado saudável do corpo e para o fortalecimento do *self*; de outro, uma espécie de neutralização, domesticação ou resignificação dos traços e conteúdos violentos envolvidos em práticas sadomasoquistas.²⁴

Âmbito estratégico para a reflexão sobre os limites da sexualidade, as variadas modalidades de experiência S/M introduziram uma retórica, técnicas e rituais sobre o lado “seguro, saudável e consensual” de práticas eróticas que lidam com risco. Mesmo não sendo possível definir genericamente o significado de cada um desses termos, dada a diversidade de modalidades S/M, as tensões entre prazer/dor, domínio/sujeição, fantasia/realidade estão sendo apresentadas, expondo suas articulações contingentes. A preocupação com a segurança e com a consensualidade funciona, segundo Hart (1998) como um ideal. Nenhum desses termos é facilmente acessível ou garantido. Daí o interesse de estudá-los em uma perspectiva dinâmica e comparativa que, em consonância com Butler (1990) e Facchini (2008), tome as experiências S/M como paródias: como práticas que mobilizam e expõem com força dramática, mediante todo um repertório de convenções culturais e sociais disponíveis, as assimetrias de poder, as materializações e corporificações de normas de gênero, de sexualidade, bem como de outros marcadores de diferença como classe, raça e idade. Para além da idéia presente no senso comum de que o teatro não é a vida, tratar essas práticas e decifrar seus enredos, cenas e cenários permite entender – até por seus intrincados paradoxos – as convenções que organizam – também de modo idiossincrático – as relações entre violência, gênero e erotismo.

Notas

- ¹ Maria Filomena Gregori é doutora em antropologia pela Universidade de São Paulo (USP), professora do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero (Pagu/Unicamp). É autora, entre outros, do livro *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista* (São Paulo, Paz e Terra/ANPOCS, 1993) e *Viração: a experiência de meninos nas ruas* (São Paulo, Companhia das Letras, 2000).
- ² Mary Douglas, em seu magnífico *Pureza e perigo* (1966) nos ensina que, dentre os aspectos relevantes das operações rituais para o ordenamento social, está a elaboração de distinções entre pureza/impureza, limpeza/sujeira, contaminação/purificação. Nas fronteiras entre esses termos opostos atuam práticas rituais que consagram o significado normativo do que se define como puro e impuro, as proibições implicadas e, também – e não menos importante –, as ações marginais ou transgressivas diante das quais, segundo a autora, podemos reconhecer potencialidade. Tais ações simbolizam tanto perigo quanto poder. Estudar as fronteiras entre normas de gênero e sexualidade (seus limites e suas transgressões) vem dessa inspiração em Mary Douglas.
- ³ No artigo que trata sobre violência, luto e política, Judith Butler (2004b) chama atenção para um aspecto relevante. Tendo em vista a violência global contemporânea, ela se indaga sobre o Humano – não porque acredite em uma condição humana universal – mas para apreender, por meio de ações sociais variadas, o que está contando como humano ou que vidas estão contando como vidas. Nessa medida, problematizar o sentido essencial e substantivo da natureza humana não indica um anti-humanismo, mas antes, uma posição que visa decifrar de modo mais profundo as engrenagens culturais, sociais e políticas envolvidas na violência.
- ⁴ É importante esclarecer que tais normatizações do masculino e do feminino correspondem a um conjunto de arranjos com base nos quais a matéria-prima biológica do sexo humano e da procriação é modelada pela intervenção humana.
- ⁵ Como bem pondera Butler, o aparato de gênero não age sobre um indivíduo tomado como sujeito pré-existente, mas age e forma tal sujeito (Butler, 2004a, p. 42).
- ⁶ Dentre os variados ensaios e estudos sobre Bataille, usei como referência: Barthes (1979), Carter (1978), Sontag (1987), Gallop (1981) e, no Brasil, Moraes (2002, 2003).

- ⁷ Eliane Robert Moraes (2002) chama atenção para o fato de que, nos anos 30, a palavra êxtase ganhou destacado significado entre intelectuais e artistas do círculo dos surrealistas interessados em imaginar todas as transfigurações possíveis do corpo humano ou da forma humana, de modo a estabelecer-se uma recusa em relação a qualquer tentativa de fixá-los como algo estável ou consistente. O êxtase implicava o sentido de ampliar a consciência, bem como pensar as metamorfoses resultantes da combinação entre prazer e dor. Como se sabe, Georges Bataille circulava na esfera dos surrealistas.
- ⁸ Interessante notar que ele utiliza bastante a expressão “parte masculina ou feminina”, o que indicaria, em tese, uma sensibilidade atinada ao problema de gênero. Contudo, esse não parece ser o caso: as atribuições de gênero são intercambiadas, sem nuance, às noções de homem e mulher sem que isso represente qualquer problema para o autor.
- ⁹ Emprego essa expressão no sentido elaborado por Butler (2004a), que propõe aprender e subverter os limites das categorias – aqueles significados e sentidos que são incluídos e suas ressignificações, bem como expor tais idéias aos esforços já empreendidos, seja de tradução, seja de críticas.
- ¹⁰ É nesse período, por exemplo, que a ciência médica deixa de considerar o orgasmo feminino como relevante para a procriação. É também quando se começa a esboçar toda uma concepção que particulariza os órgãos femininos, deixando de lado o “modelo unívoco do sexo”, que tomava a genitália feminina como idêntica à do homem, porém, invertida e interna.
- ¹¹ S/M, ou simplesmente SM, é a sigla que designa práticas no campo do erotismo contemporâneo associadas ao sadomasoquismo. Ainda que seja uma expressão êmica e já de domínio público (o mercado erótico emprega-a há décadas), é preciso considerar a pluralidade de experiências, concepções e imagens associadas. Todas elas, contudo, reúnem aspectos condizentes com percepções que articulam prazer e perigo, risco, segurança e consensualidade. Uso a sigla como uma espécie de “englobante” provisório e evocativo que condiz com práticas cujas convenções dialogam com um campo mais vasto de tradições eróticas vindas da literatura libertina e pornográfica.
- ¹² Outro estudo que trabalhou aspectos sobre o mercado sexual em uma perspectiva antropológica foi desenvolvido por Maria Dulce Gaspar (1985) sobre garotas de programa no Rio de Janeiro.

- ¹³ Fugas desejantes seriam os efeitos transgressivos em experiências guiadas pelo desejo, a partir de um processo de produção de intensidades libidinais por meio da operação de tensores libidinais. Para o autor, esses são tensores de atribuição de valor e de distribuição no código categorial. No caso do negócio do michê, seriam basicamente três: gênero, classe, idade e, um oculto, raça.
- ¹⁴ Adriana Piscitelli, Julio Assis Simões e eu temos desenvolvido pesquisas nessa direção a partir do projeto temático Fapesp (coordenado por Mariza Corrêa), intitulado *Gênero e Corporalidades* (em vigor desde 2005). Além dos resultados já acumulados por tais investigações, é importante mencionar as contribuições de Isadora França (2006) e Camilo Braz (2008).
- ¹⁵ Para as leituras de Sade, consultar especialmente: Barthes (1979); Deleuze (1983); Bataille (1987); Jane Gallop (1981); Ângela Carter (1978). No Brasil, consultar os artigos e livros de Eliane Robert Moraes (2002, 2003).
- ¹⁶ Data dos idos de 1970 as primeiras publicações sobre o tema que o tratam na perspectiva das minorias sexuais (consultar Gerald Greene & Caroline Greene, *S/M: The Last Taboo*, New York, Grove, 1974). Mas é principalmente a partir da década de 80 que o volume de publicações se intensifica. Desta literatura, chamo atenção para as vertentes de estudo socioantropológica, como os vários artigos publicados pela Samois em *Coming to Power: Writings and Graphics on Lesbian S/M* (Boston, Alyson, 1982), que traz um artigo importante de Gayle Rubin “The Leather Menace: Comments on Politics and S/M”, bem como a coletânea organizada por Thomas Weinberg e G.W. Levi Kamel: *S and M: Studies in Sodomasochism* (New York, Prometheus, 1983); o livro organizado por Carol Vance (*op. cit.*) e as contribuições de Pat Califia, em particular *Macho Sluts* (Boston, Alyson, 1988). Na década de 90, as autoras que tratam da questão em uma perspectiva teórica estão reunidas em uma coletânea organizada por Pâmela C. Gibson e Rama Gibson: *Dirty Looks: Women, Pornography, Power* (London, British Film Institute, 1993), e nela chamo atenção para o artigo de Anne McClintock “Maid to Order: Commercial S/M and Gender Power”. Também destaco o livro dessa autora, *Imperial Leather – Race, Gender and Sexuality in the Colonial Contest* (New York, Routledge, 1995) e o livro de Lynda Hart, *Between the Body and the Flesh – Performing Sodomasochism* (New York, Columbia University Press, 1998).
- ¹⁷ Para maiores informações, consultar Gregori (2003).

- ¹⁸ A New Right foi um movimento organizado por políticos republicanos e lideranças religiosas a partir de uma agenda que priorizava questões sexuais. Dentre as demandas, medidas e tentativas de alteração de leis, estavam a criminalização do aborto e o impedimento de extensão de direitos aos homossexuais, propostas variadas para que as mulheres deixassem de atuar na esfera pública, dedicando-se ao lar e à prole etc.
- ¹⁹ Vale considerar a bibliografia sobre lesbianismo e, em particular, as análises e abordagens em crítica ao sadomasoquismo. Bom exemplar nessa direção é a coletânea editada por Robin R. Linden et al., *Against Sadomasochism – A Radical Feminist Analysis* (Palo Alto, Frog in the Well, 1982).
- ²⁰ Kraft-Ebing publicou seu *Psychopathia Sexualis* em 1885, e nele definiu o sadismo como uma psicopatia, mais precisamente, como uma manifestação aberrante do desejo inato de humilhar, machucar, ferir, ou ainda, destruir os outros de modo a produzir prazer sexual para si mesmo. Trata-se de uma patologia que tem sua origem na degenerescência das raças, mas que mobiliza ou desloca algo que é inato ao homem “normal”: o instinto de agressividade é próprio daquilo que organiza o comportamento sexual masculino. O impulso de agressividade, nesse sentido, constitui naturalmente o comportamento sexual masculino, da mesma forma como a passividade e o recato constituem o comportamento sexual feminino. Tal tipo de patologia, nesses termos, só pode proliferar entre homens, ao passo que o masoquismo seria uma patologia mais comum entre as mulheres. Freud concordava com a tese de que o impulso agressivo é evidente no indivíduo normal masculino. Para ele, a diferença entre agressividade e sadismo é de grau, não de tipo.
- ²¹ Facchini emprega tal sigla baseada na designação dos sujeitos de sua pesquisa e também como forma de salientar a diversificação de práticas, para além daquelas inscritas nas liturgias e rituais SM. Bondage, por exemplo, é uma atividade de privação de movimentos ou sentidos. O importante a remarcar aqui, segundo a autora, é que se trata de um campo complexo que reúne diferentes concepções de liturgia, de dominação profissional, da relação entre o intercurso sexual e o BDSM, além de distinções relativas aos temas caros nesse universo, como a consensualidade e o risco compartilhado. A rede pesquisada por ela faz parte de um grupo de pessoas de classe média paulistana que criou, no início dos anos 90, o SoMos, uma comunidade de adeptos SM responsáveis pelas primeiras reuniões no país e ainda atuante. Na década de 90, as pessoas interessadas nessas práticas se encontravam

no clube Valhala – que fechou – e hoje se encontram no clube Dominna, criado há cinco anos. Dentre as atividades realizadas no clube, ela destaca: debates, discussões e *workshops* sobre as práticas sadomasoquistas, algumas encenações de FemDom (dominação feminina), podolatria, bondage e as *play parties* (momentos mais íntimos da comunidade que se realizam em espaço separado) com as encenações de humilhação, domínio, *spanking* entre Dom/Dommes, Rainhas, Mestres/Mistress e seu(suas) escravo(as), submisso(as).

²² Regina Facchini mostra que, no meio BDSM por ela investigado, os marcadores de diferença relacionados ao sexo, gênero e orientação sexual são mobilizados de modo bastante flexível, sem que sejam demarcadores de segmentação entre comunidades S/M, como no caso das experiências norte-americanas. Além disso, segundo seus termos, “a descontinuidade entre desejos, práticas e identidades relacionados à ‘orientação sexual’ convive, em intrincados esquemas classificatórios, com distinções entre ‘sexo biológico’ e expressões ou ‘identidades de gênero’, mas, sobretudo, com classificações que remetem a desejos e práticas BDSM ou fetichistas (...) ainda que haja coincidência entre desejos e práticas, ela não necessariamente leva a identidades que substantivem condutas em personagens ([O que nos leva a considerar]) o BDSM como *prática* ou mesmo *arte erótica* que, embora tome parte na produção de subjetividades, não são transpostos, de modo substantivado, como algo que possa descrever os sujeitos.” (Facchini, 2008, p. 214).

²³ No Brasil, até a década de 90, o acesso a informações sobre as técnicas, objetos e as possibilidades de encontrar pessoas interessadas nessas práticas eram bastante reduzidas: na cidade de São Paulo havia um *sex shop* no centro que oferecia produtos e serviços SM, e os interessados ainda poderiam estabelecer contatos através de anúncios classificados em jornais ou revistas eróticas (Facchini, 2008).

²⁴ Para maiores esclarecimentos sobre essa investigação, bem como o detalhamento da argumentação, consultar Gregori (2003, 2004). A análise sobre as alternativas S/M foi feita com base em material coletado em catálogos das lojas, de observação dos produtos destinados a essas práticas e praticantes em oferta, bem como de *sites* da Internet. O refinamento do material qualitativo resultante de pesquisa empírica mais prolongada e nos clubes tem permitido a Facchini observar uma maior complexidade e nuances nas articulações entre as práticas BDSM e a violência.

Bibliografia

- ARDAILLON, Danielle; DEBERT, Guita G.
1987 *Quando a vítima é a mulher: análise do julgamento de crimes de estupro, espancamento e homicídio*, Brasília, CNDM.
- BARTHES, Roland
1979 *Sade, Fourier e Loiola*, Lisboa, Edições 70.
- BATAILLE, Georges
1987 *O erotismo*, Porto Alegre, L&PM.
- BRAZ, Camilo A.
2008 *À meia-luz: clubes de sexo para homens*, Material de Qualificação de Doutorado (Ciências Sociais), Campinas, Unicamp.
- BUTLER, Judith
1990 *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*, New York, Routledge.
1997 “Against Proper Objects”, in WEED, Elizabeth; SCHOR, Naomi, *Feminism Meets Queer Theory*, Indianapolis, Indiana University Press.
2004a *Undoing Gender*, New York, Routledge.
2004b *Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence*, New York, Verso.
- CARRARA, Sergio; VIANNA, Adriana; ENNE, Ana Lúcia
2000 “‘Crimes de bagatela’: a violência contra a mulher na justiça do Rio de Janeiro”, in CORRÊA, Mariza (org.), *Gênero e Cidadania*, Campinas, Pagu.
- CARTER, Ângela
1978 *The Sadeian Women and the Ideology of Pornography*, New York, Pantheon Books.
- CORRÊA, Mariza
1983 *Morte em família*, Rio de Janeiro, Graal.
- DANIEL, E. Valentine
1996 *Charred Lullabies: Chapters in an Anthropology of Violence*, Princeton, Princeton University Press.

- DAS, Veena (ed.)
1990 *Mirrors of Violence: Communities, Riots and Survivors in South Asia*, Delhi, Oxford University Press.
- DELEUZE, Gilles
1983 “Apresentação de Sacher-Masoch: o frio e o cruel”, in SACHER-MASOCH, Leopold, *Vênus das peles*, Rio de Janeiro, Taurus.
- DOUGLAS, Mary
1976 *Pureza e perigo*, São Paulo, Perspectiva.
- FACCHINI, Regina
2008 “Rainhas e Escravas numa comunidade BDSM paulistana”, in *Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidade e diferenças na cidade de São Paulo*, Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Campinas, IFCH-Unicamp.
- FELDMAN, Alan
1991 *Formations of Violence: The Narrations of the Body and Political Terror in Northern Ireland*, Chicago, University of Chicago Press.
- FOUCAULT, Michel
1977 *História da sexualidade: a vontade de saber*, Rio de Janeiro, Graal.
- FRANÇA, Isadora L.
2006 *Cercas e pontes: movimento GLBT e mercado GLS na cidade de São Paulo*, Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), São Paulo, FFLCH-USP.
- FRY, Peter
2002 “Estética e política: relações entre ‘raça’, publicidade e produção da beleza no Brasil”, in GOLDEMBERG, Miriam (org.), *Nu e vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca*, Rio de Janeiro, Record.
- GALLOP, Jane
1981 *Intersections*, Lincoln, University of Nebraska Press.

- GASPAR, Maria Dulce
1985 *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social*, Rio de Janeiro, Zahar.
- GIDDENS, Anthony
1993 *A transformação da intimidade*, São Paulo, Ed. Unesp.
- GREGORI, Maria Filomena
1993 *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*, São Paulo, Paz e Terra; ANPOCS.
2003 “Relações de violência e erotismo”, *Cadernos Pagu*, Campinas, vol. 20.
2004 “Deslocamentos semânticos e hibridismos: sobre os usos da noção de violência contra a mulher”, *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, vol. 48.
- GREGORI, Maria Filomena; DEBERT, Guita G.
2008 “Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 66.
- HARAWAY, Donna
1991 *Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature*, New York, Routledge.
- HART, Lynda
1998 *Between the Body and the Flesh: Performing Sadoomasochism*, New York, Columbia University Press.
- HEILBORN, M. Luiza (org.)
1999 *Sexualidade, o olhar das Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- HUNT, Lynn
1993 *The Invention of Pornography: Obscenity and the Origins of Modernity, 1500-1800*, New York, Zone Books.
- LAQUEUR, Thomas
1997 “Orgasm, Generation, and the Politics of Reproductive Biology”, in DI LEO-NARDO, M., LANCASTER, R. (eds.), *The Gender/Sexuality Reader: Culture, History, Political Economy*, New York, Routledge.

- LAURETIS, Teresa de
1997 "The Violence of Rethoric", in DI LEONARDO, M., LANCASTER, R. (eds.), *The Gender/Sexuality Reader: Culture, History, Political Economy*, New York, Routledge.
- LINDEN, Robin R. et al.
1982 *Against Sadomasochism: A Radical Feminist Analysis*, Palo Alto, Frog in the Well.
- MACKINNON, Catharine
1980 "Feminism, Marxism, Method, and the State: An Agenda for Theory", *Signs*, vol. 7(3), spring.
- MALINOWSKI, Bronislaw
1927 *The Sexual Life of Savages (in North-Western Melanesia)*, New York, Harcourt, Brace & World.
- McCLINTOCK, Anne
1993 "Maid to Order: Commercial S/M and Gender Power", in GIBSON, Pamela; GIBSON, Roma (orgs.), *Dirty Looks*, London, British Film Institute.
2003 "Couro imperial: raça, travestismo e o culto da domesticidade", *Cadernos Pagu*, Campinas, vol. 20.
- MOORE, Henrietta
1994 "The problem of explaining violence in the social sciences", in GOW, P., HARVEY, P. (eds.), *Sex and Violence: Issues in Representation and Experience*, New York, Routledge.
- MORAES, Eliane R.
2002 *O corpo impossível*, São Paulo, Iluminuras.
2003 "Um olho sem rosto", in BATAILLE, Georges, *História do olho*, São Paulo, Cosac Naify.
- PERLONGHER, Nestor
1987 *O Negócio do Michê*, São Paulo, Brasiliense.

PISCITELLI, Adriana

- 1997 “Ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas”, AGUIAR, N., *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos.
- 2004 “Entre a praia de Iracema e a União Européia: turismo sexual internacional e migração feminina”, in PISCITELLI, A.; GREGORI, M. F.; CARRARA, S. (orgs.), *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*, Rio de Janeiro, Garamond Universitária.
- 2008 *Relatório parcial de pesquisa*, Projeto Temático “Gênero e Corporalidades”, Unicamp, Campinas.

RUBIN, Gayle

- 1975 “The Traffic in Women: notes on the ‘political economy’ of Sex”, in REITER, Rayna (org.), *Toward an Anthropology of Women*, New York, Monthly Review.
- 1984 “Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality”, in VANCE, Carol (ed.), *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*, New York, Routledge.

SAFFIOTTI, Heleieth

- 1994 “Violência de gênero no Brasil”, *Estudos Feministas*, número especial: 443-462.

SONTAG, Susan

- 1987 “A imaginação pornográfica”, in *A vontade radical*, São Paulo, Companhia das Letras.

VANCE, Carol (ed.)

- 1984 *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*, New York, Routledge.

VARGAS, Joana

- 1997 *Fluxo do sistema de justiça criminal para crimes sexuais, a organização policial*, Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Campinas, IFCH-Unicamp.

VIANNA, Adriana; LACERDA, Paula

- 2004 *Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual*, Rio de Janeiro, CLAM/IMS/UERJ.

ZILLI, Bruno D.

2007 *A perversão domesticada: estudo do discurso de legitimação do BDSM na internet e seu diálogo com a psiquiatria*, Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), Rio de Janeiro, IMS/UERJ.

ABSTRACT: The present article examines the feminist contributions and the contemporary social theory on the articulations among violence, gender and eroticism. The balance of the bibliography aims at refining the conceptual instruments that permit the learning of processes of reiteration and of changes in the gender norms, from social experiences located in what the author calls edges of sexuality. The studies related to different modalities of sadomasochism are examined to illustrate some of the alternatives located within such limits.

KEY-WORDS: violence, gender, eroticism.

Recebido em agosto de 2008. Aceito em dezembro de 2008.